



A adoção de novas tecnologias é um dos principais fatores que impulsionam os custos de saúde no mundo. Na saúde suplementar brasileira, esse cenário é especialmente grave, uma vez que apesar de haver algumas discussões envolvendo estudos de efetividade e econômicos, a utilização da Avaliação das Tecnologias em Saúde (ATS) ainda é incipiente quando comparada ao setor público e não há qualquer sinal da ANS de que esses estudos devam se tornar obrigatórios no setor privado. “Hoje, infelizmente, no Cossaúde (da ANS), olhamos muito pouco para isso. Fazemos mais a análise de impacto orçamentário, o que não é suficiente”, admitiu João Paulo dos Reis Neto, diretor presidente da CAPESESP, durante o seminário “Incorporação de Tecnologias na Saúde Suplementar”, realizado pelo Instituto de Estudos de Saúde Suplementar (IESS), na manhã de hoje (31/5), no Rio de Janeiro.

“Não dá para incorporar um novo medicamento, uma nova tecnologia, sem uma análise técnica que considere a complexidade dessa adoção, contemplando seus custos e benefícios”, afirmou Reis. A posição é corroborada pelo superintendente executivo do IESS, Luiz Augusto Carneiro, que destaca que a adoção de novas tecnologias ao rol da ANS sem uma avaliação criteriosa, claramente, é um fator de expansão dos custos sem, necessariamente, vir acompanhada de ganhos de eficiência ou qualidade assistencial. “Não se trata de rejeitar o avanço tecnológico, mas assegurar que efetivamente ele represente ganhos de eficiência ao sistema e, na prática, nem sempre isso tem se comprovado”, pontuou.

Os especialistas presentes no seminário do IESS concordaram que, sem uma ação do órgão regulador, um dos caminhos para mudar essa situação é informando melhor os pacientes. “O paciente tem sido um pouco alheio a todo o processo de adoção de novas tecnologias na saúde. Hoje, ele é muito mal informado e não sabe qual será o benefício de uma tecnologia em relação à outra. Isso gera uma pressão de custos, que também se transforma em pressão sobre os pagadores (operadoras)”, analisou Luciano Paladini, médico analista da Evidências.

A experiência internacional também fornece bons exemplos para o aperfeiçoamento do mercado local. “Na África do Sul, criamos comitês para aprovação das tecnologias, mecanismos de transparência de preços e seguimos políticas clínicas críveis, transparentes e coerentes, com base na medicina baseada em evidências, bem como a relação custo-benefício e acessibilidade econômica”, explicou Sam Rossolimos, diretor da Accenture África do Sul.

As novas tecnologias oferecem inúmeras oportunidades, também para a saúde. Só é preciso garantir que seu custo não comprometa a sustentabilidade do setor.

Fonte: IESS, em 31.05.2017.

